

Presidente dá *puxão de orelha* pelas eleições

O ar desapontado dos cinco governadores que foram em comissão ao presidente Sarney, ontem, pressioná-lo para mudar as regras da rolagem das dívidas dos Estados teve duas razões: foi uma tentativa inútil, pois o Presidente não foi além de sua proposta de escalonamento privilegiando os Estados mais pobres, e de quebra, os governadores receberam uma irônica cobrança do Presidente.

“Quería, antes de mais nada, notar que não me lembro de ter ouvido ou lido qualquer referência dos governadores nas eleições de 86 sobre qualquer ajuda minha ou do Governo nas suas vitórias”, teria dito Sarney logo no início da reunião, segundo relato de um dos governadores presentes. Para acrescentar, irônico, em seguida: “a situação nas últimas eleições foi diferente, tenho sido muito citado, responsabilizado pela crise”.

CONSTRANGIMENTO

A cobrança do presidente Sarney — sempre conciliador e tolerante — pegou de surpresa os governadores e criou um mal-estar, principalmente entre Newton Cardoso, de Minas, Moreira Franco, do Rio de Janeiro, Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte, e Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, derrotados nas eleições municipais. Quem permaneceu imperturbável foi o governador Henrique Santillo, de Goiás, o único vitorioso nas eleições municipais entre os do grupo.

Sarney não esperou a reação dos governadores e prosseguiu afirmando que não poderia deixar de fazer aquela cobrança, “no momento em que passamos uma negociação que queremos justa, da rolagem da dívida dos Estados”. E dis-

se que essa negociação não deveria ter colorido político, além de passar pela necessidade de os Estados honrarem seus compromissos.

Os governadores apresentaram então uma contraposta que foi rejeitada no ato: os Estados pagariam 25 por cento das dívidas externas e vencerem no próximo ano, embutindo nesta rolagem a dívida interna. O Presidente cortou o assunto, lembrando que o momento não era propício para tratar da dívida interna dos Estados, cuja negociação teria que ser intermediada na época própria pelo Congresso Nacional.

REESCALONAMENTO

O Presidente defendeu sua proposta de reescalonamento segundo a qual os Estados mais pobres são privilegiados, afirmando que ela contém o princípio de justiça dentro das diferenças da Federação. Ante o argumento do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, de que o pagamento de 25 por cento de sua dívida externa comprometeria 50 por cento da receita do Estado, Sarney contra-argumentou que esses mesmos 25 por cento, no caso do Piauí, por exemplo, poderia comprometer 80 ou até 90 por cento da receita daquele Estado.

— O tratamento que estou tentando dar à rolagem da dívida é justo e procura atender as peculiaridades regionais — disse o Presidente, dando por encerrada a conversa.

Ao comentar a posição contrária dos governadores com relação à proposta do governo, o presidente Sarney observou que o problema não é concordar ou discordar. Ele entende que é preciso debater a questão.